

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	7
DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	15
DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	53
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	54
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	55

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	7.100
Preferenciais	0
Total	7.100
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1	Ativo Total	12.244	12.264
1.01	Ativo Circulante	332	352
1.01.06	Tributos a Recuperar	303	303
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	303	303
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	29	49
1.02	Ativo Não Circulante	11.912	11.912
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	11.912	11.912
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	5.777	5.777
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	5.777	5.777
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	6.135	6.135
1.02.01.10.03	Outros Ativos	6.134	6.134
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	1	1

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2	Passivo Total	12.244	12.264
2.01	Passivo Circulante	1.516	1.511
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	190	180
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	190	180
2.01.01.02.01	Salários a Pagar e Provisões	190	180
2.01.02	Fornecedores	296	264
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	296	264
2.01.03	Obrigações Fiscais	59	70
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	59	70
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	23	49
2.01.03.01.03	Parcelamentos	36	21
2.01.05	Outras Obrigações	971	997
2.01.05.02	Outros	971	997
2.02	Passivo Não Circulante	325.741	334.639
2.02.02	Outras Obrigações	51.301	48.171
2.02.02.02	Outros	51.301	48.171
2.02.02.02.04	Partes Relacionadas	51.158	48.003
2.02.02.02.06	Parcelamentos	143	168
2.02.04	Provisões	274.440	286.468
2.02.04.02	Outras Provisões	274.440	286.468
2.02.04.02.04	Provisão para Perda de Investimentos	274.440	286.468
2.03	Patrimônio Líquido	-315.013	-323.886
2.03.01	Capital Social Realizado	120.108	120.108
2.03.04	Reservas de Lucros	6.234	6.234
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	6.234	6.234
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-478.179	-487.051
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	36.824	36.823

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	11.618	8.476
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-410	-274
3.04.02.01	Gastos Administrativos	-410	-274
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	9
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-2.964
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	12.028	11.705
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	11.618	8.476
3.06	Resultado Financeiro	-2.745	-2.023
3.06.01	Receitas Financeiras	0	8
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.745	-2.031
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	8.873	6.453
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	2.075
3.08.02	Diferido	0	2.075
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	8.873	8.528
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	8.873	8.528
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,2497	1,20111
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,2497	1,20111

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	8.873	8.528
4.03	Resultado Abrangente do Período	8.873	8.528

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-424	-1.114
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-424	-3.214
6.01.01.01	Resultado Líquido do Exercício	8.873	8.528
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-12.028	-11.705
6.01.01.06	Provisão (Reversão) de Impostos Diferidos	0	-2.075
6.01.01.07	Juros com partes relacionadas	2.731	2.038
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	0	2.100
6.01.02.01	Fornecedores	32	31
6.01.02.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-36	2.064
6.01.02.03	Outros Ativos	20	0
6.01.02.04	Salários e encargos sociais a pagar	10	27
6.01.02.06	Outras Obrigações	-26	-22
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	424	-4.127
6.03.01	Variação com partes relacionadas	424	-4.127
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	0	-5.241
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	0	5.250
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	0	9

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	6.234	-487.051	36.823	-323.886
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	6.234	-487.051	36.823	-323.886
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.873	0	8.873
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.873	0	8.873
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-1	1	0
5.06.04	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	-1	1	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	6.234	-478.179	36.824	-315.013

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	6.234	-499.180	37.067	-335.771
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	6.234	-499.180	37.067	-335.771
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.528	0	8.528
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.528	0	8.528
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	151	-151	0
5.06.04	Realização de ajustes de avaliação patrimonial	0	0	0	151	-151	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	6.234	-490.501	36.916	-327.243

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
7.01	Receitas	0	9
7.01.02	Outras Receitas	0	9
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-122	-119
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-122	-119
7.03	Valor Adicionado Bruto	-122	-110
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-122	-110
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	12.017	11.725
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	12.028	11.705
7.06.02	Receitas Financeiras	0	8
7.06.03	Outros	-11	12
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	11.895	11.615
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	11.895	11.615
7.08.01	Pessoal	287	155
7.08.01.01	Remuneração Direta	253	129
7.08.01.02	Benefícios	34	26
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1	890
7.08.02.01	Federais	1	890
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.734	2.042
7.08.03.01	Juros	2.734	2.042
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	8.873	8.528
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	8.873	8.528

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1	Ativo Total	338.027	327.297
1.01	Ativo Circulante	192.393	178.029
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	112	291
1.01.03	Contas a Receber	60.576	57.076
1.01.03.01	Clientes	60.576	57.076
1.01.04	Estoques	16.894	16.758
1.01.04.01	Estoques	16.171	16.087
1.01.04.02	Adiantamento a Fornecedores	723	671
1.01.06	Tributos a Recuperar	24.760	18.319
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	24.760	18.319
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	90.051	85.585
1.01.08.03	Outros	90.051	85.585
1.01.08.03.01	Numerários em Trânsito	87.132	80.566
1.01.08.03.02	Trava Cambial	2.741	4.594
1.01.08.03.03	Outros Ativos	178	425
1.02	Ativo Não Circulante	145.634	149.268
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	11.787	14.297
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	11.787	14.297
1.02.01.10.03	Impostos a Recuperar	334	266
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	5.020	5.215
1.02.01.10.05	Outras Contas a Receber	6.433	8.816
1.02.02	Investimentos	19.790	22.472
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	19.790	22.472
1.02.03	Imobilizado	113.732	112.200
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	107.839	105.882
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	5.893	6.318
1.02.04	Intangível	325	299
1.02.04.01	Intangíveis	325	299
1.02.04.01.02	Intangível	325	299

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2	Passivo Total	338.027	327.297
2.01	Passivo Circulante	562.896	560.972
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	18.729	16.680
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	18.729	16.680
2.01.02	Fornecedores	17.184	19.916
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	17.184	19.916
2.01.02.01.01	Fornecedores	15.856	18.573
2.01.02.01.03	Passivo de Arrendamento	1.328	1.343
2.01.03	Obrigações Fiscais	507.453	503.470
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	507.453	503.470
2.01.03.01.02	Obrigações Tributárias	501.360	497.320
2.01.03.01.03	Imposto Diferido	902	902
2.01.03.01.04	Parcelamentos	5.191	5.248
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	170	274
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	170	274
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	170	274
2.01.05	Outras Obrigações	19.360	20.632
2.01.05.02	Outros	19.360	20.632
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	14.763	14.657
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	4.597	5.975
2.02	Passivo Não Circulante	90.421	90.500
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	31	163
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	31	163
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	31	163
2.02.02	Outras Obrigações	67.112	66.376
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	40.307	37.578
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	40.307	37.578
2.02.02.02	Outros	26.805	28.798
2.02.02.02.07	Parcelamentos	21.402	23.111
2.02.02.02.08	Passivo de Arrendamento	5.403	5.687
2.02.03	Tributos Diferidos	15.893	16.071
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15.893	16.071
2.02.04	Provisões	7.385	7.890
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.385	7.890
2.02.04.01.05	Provisões para Contingências	7.385	7.890
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-315.290	-324.175
2.03.01	Capital Social Realizado	120.108	120.108
2.03.04	Reservas de Lucros	6.234	6.234
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	6.234	6.234
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-478.179	-487.051
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	36.824	36.823
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-277	-289

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2024 à 31/03/2024	01/01/2023 à 31/03/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	97.489	99.849
3.01.01	Receita Bruta	101.830	104.651
3.01.02	Deduções da Receita Bruta	-4.341	-4.802
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-72.157	-69.898
3.03	Resultado Bruto	25.332	29.951
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.904	-16.050
3.04.01	Despesas com Vendas	-4.493	-6.559
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.597	-3.741
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.936	4.340
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.750	-10.090
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	17.428	13.901
3.06	Resultado Financeiro	-8.701	-9.336
3.06.01	Receitas Financeiras	1.297	3.966
3.06.02	Despesas Financeiras	-9.998	-13.302
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	8.727	4.565
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	158	3.974
3.08.02	Diferido	158	3.974
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	8.885	8.539
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	8.885	8.539
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	8.873	8.528
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	12	11
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,25139	1,20266
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,25139	1,20266

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2024 à 31/03/2024	01/01/2023 à 31/03/2023
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	8.885	8.539
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	8.885	8.539
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	8.873	8.528
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	12	11

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.048	-707
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	21.916	21.412
6.01.01.01	Resultado Líquido do Exercício	8.873	8.528
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	2.036	1.540
6.01.01.03	Provisão (Reversão) para Contingências	-505	716
6.01.01.04	Provisão (Reversão) para Riscos de Créditos	24	7
6.01.01.05	Participação de Minoritários	12	11
6.01.01.06	Encargos Financeiros s/ Empréstimos	0	39
6.01.01.07	Custo Baixa Bens Ativo Imobilizado Intangível	302	6
6.01.01.08	Provisão (Reversão) de Impostos Diferidos	-178	-3.974
6.01.01.09	Atualização de Passivos Tributários	6.145	7.155
6.01.01.13	Provisão para perda (Impairment)	2.476	5.216
6.01.01.14	Juros com partes relacionadas	2.731	2.168
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-17.868	-22.119
6.01.02.01	Clientes	-3.524	-6.726
6.01.02.02	Estoques	-84	1.458
6.01.02.03	Adiantamento a Fornecedores	-52	614
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	-6.509	-1.914
6.01.02.05	Outras Contas a Receber	-2.083	-14.249
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	195	392
6.01.02.07	Fornecedores	-2.717	776
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	-3.871	513
6.01.02.09	Salários a Pagar e Provisões	2.049	1.546
6.01.02.10	Adiantamento de Clientes	106	809
6.01.02.11	Provisão p/ Contingências	-348	-1.942
6.01.02.12	Outras Contas a Pagar	-1.030	-3.396
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.690	-4.511
6.02.01	Variação de Ativo Imobilizado	-3.650	-4.498
6.02.02	Variação de Ativo Intangível	-40	-13
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-537	-4.995
6.03.01	Contraprestação de arrendamentos a pagar	-299	-80
6.03.02	Variação Empréstimos e Financiamentos	-236	590
6.03.03	Variação com partes relacionadas	-2	-5.505
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-179	-10.213
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	291	10.550
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	112	337

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	6.234	-487.051	36.823	-323.886	-289	-324.175
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	6.234	-487.051	36.823	-323.886	-289	-324.175
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.872	1	8.873	12	8.885
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.873	0	8.873	12	8.885
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-1	1	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	6.234	-478.179	36.824	-315.013	-277	-315.290

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	6.234	-499.180	37.067	-335.771	-313	-336.084
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	6.234	-499.180	37.067	-335.771	-313	-336.084
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.679	-151	8.528	12	8.540
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.528	0	8.528	12	8.540
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	151	-151	0	0	0
5.05.02.06	Realização de ajustes de avaliação patrimonial	0	0	0	151	-151	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	6.234	-490.501	36.916	-327.243	-301	-327.544

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2024 à 31/03/2024	01/01/2023 à 31/03/2023
7.01	Receitas	106.616	104.872
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	101.767	104.580
7.01.02	Outras Receitas	4.873	299
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-24	-7
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-46.778	-48.837
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-40.813	-39.607
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.965	-9.230
7.03	Valor Adicionado Bruto	59.838	56.035
7.04	Retenções	-2.036	-1.540
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.036	-1.540
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	57.802	54.495
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	913	469
7.06.02	Receitas Financeiras	808	148
7.06.03	Outros	105	321
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	58.715	54.964
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	58.715	54.964
7.08.01	Pessoal	36.015	31.701
7.08.01.01	Remuneração Direta	29.707	26.158
7.08.01.02	Benefícios	4.647	4.043
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.661	1.500
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.264	5.173
7.08.02.01	Federais	2.092	2.755
7.08.02.02	Estaduais	2.172	2.418
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	9.551	9.551
7.08.03.01	Juros	9.551	9.551
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	8.885	8.539
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	8.873	8.528
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	12	11

Comentário do Desempenho

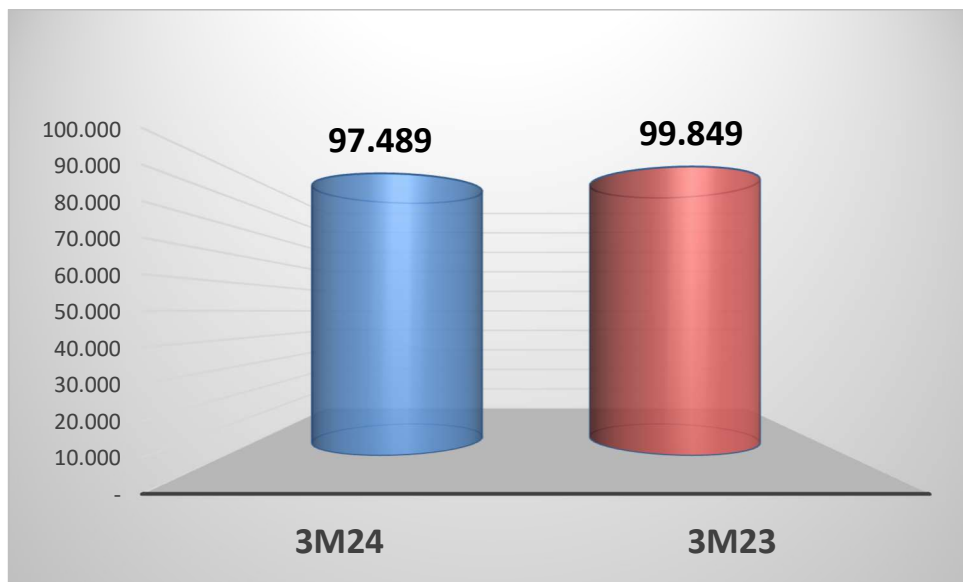


COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DO TRIMESTRE

Receita Operacional Líquida

A Companhia, através de sua Controlada Indireta Companhia Minuano de Alimentos, obteve receita líquida de R\$ 97.489 no período de três meses findo em 31 de março de 2024, e de R\$ 99.849 no período de três meses findo em 31 de março de 2023. A redução de 2,36% na receita líquida acumulada está associada aos seguintes fatores:

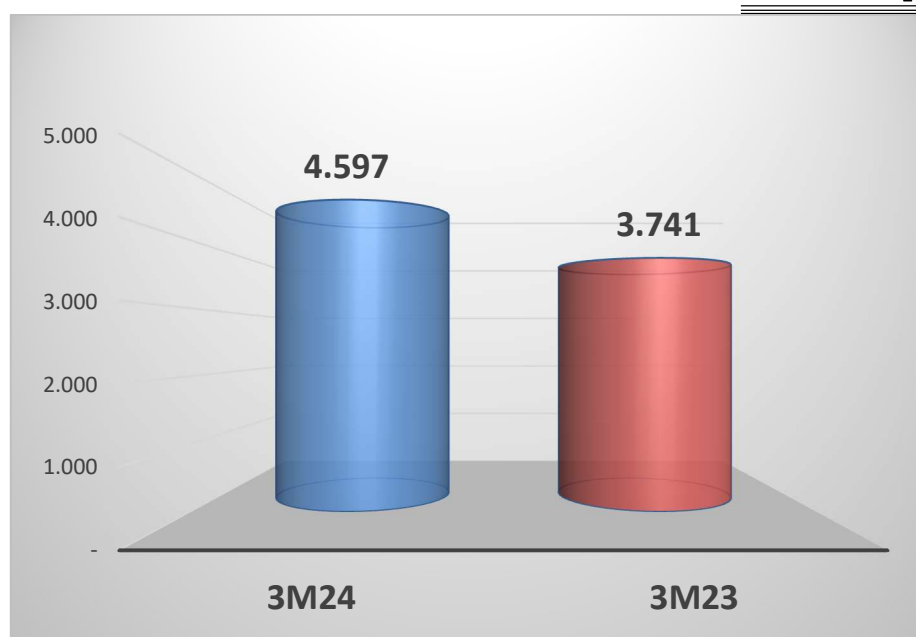
- Variação nas taxas atreladas ao dólar, o qual está diretamente ligado às vendas direcionadas ao Mercado Externo;
- Impactos da interrupção das atividades produtivas de industrialização de embutidos na cidade de Arroio do Meio, Rio Grande do Sul, nos meses de setembro e novembro de 2023, em decorrência da enchente ocasionada por ciclone extratropical que atingiu a região do Vale do Taquari.



Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas consolidadas totalizam R\$ 4.597 para o período de três meses findo em 31 de março de 2024 e R\$ 3.741 para o período de três meses findo em 31 de março de 2023, representando um aumento de 23%, na sua maior parte, impactado pelas contas de folha de pagamento.

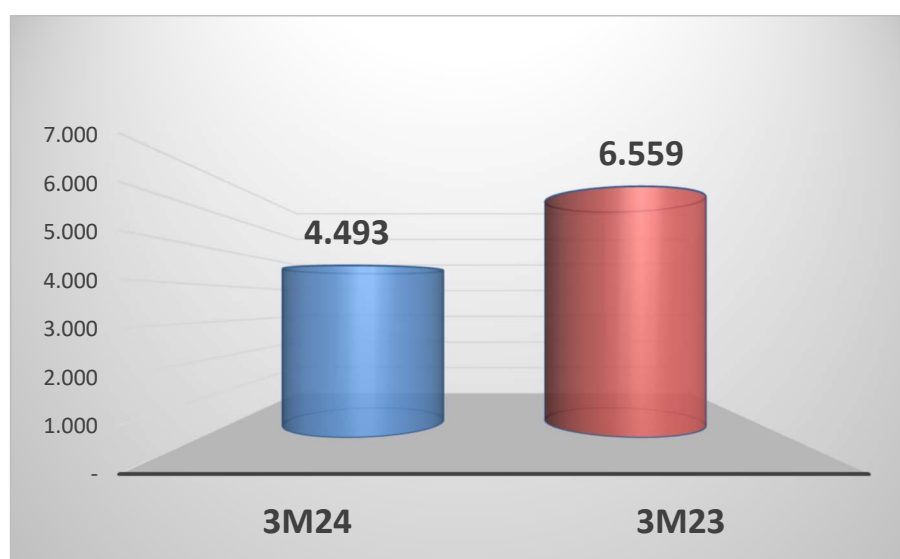
Comentário do Desempenho



Despesas com vendas

No período de três meses findo em 31 de março de 2024 as despesas com vendas totalizaram R\$ 4.493, sendo que no período de três meses findo em 31 de março de 2023 ficou em R\$ 6.559, equivalentes a 4,61% e 6,57% respectivamente da receita operacional líquida.

O principal impacto na redução das despesas com vendas em 2024 quando comparada com as despesas realizadas em 2023, está associado ao formato de negociação dos fretes marítimos sobre as vendas junto ao Mercado Externo, o qual tem sido praticado maior volume de vendas na condição “*FOB - Free On Board*” em 2023, enquanto que em 2023, as negociações estavam sendo realizadas em sua maior parte na condição “*CFR - Cost And Freight*”.

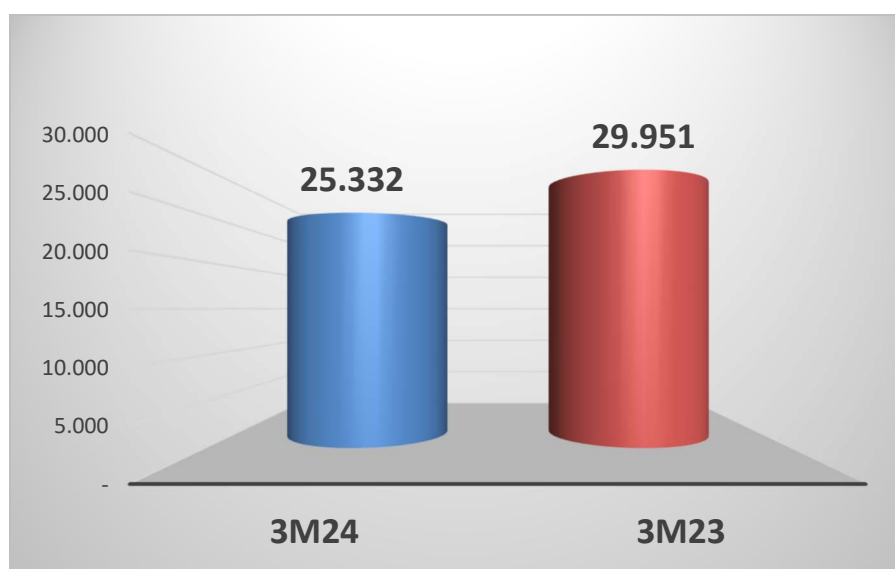


Comentário do Desempenho



Lucro bruto

O Lucro Bruto totalizou R\$ 25.332 no período de três meses findo em 31 de março de 2024, equivalente a 25,98% da receita operacional líquida. No mesmo período em 2023 alcançou R\$ 29.951 equivalente a 30,00% da receita operacional líquida.



EBITDA / LAJIDA

A Companhia utiliza como medição não contábil o EBIT (Earnings before interest and taxes) ou LAJIR (Lucro antes dos juros e impostos sobre a renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido), utiliza também o EBITDA (Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization) ou LAJIDA (Lucro antes de juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização).

No quadro a seguir, demonstramos o EBITDA acumulado para o período de três meses findo em 31 de março de 2024.

	3M24	3M23
Lucro líquido do período	8.885	8.539
(+) IRPJ/CSLL	(158)	(3.974)
(+) Resultado financeiro	8.701	9.336
EBIT	17.428	13.901
(+) Depreciações e amortizações	2.036	1.540
EBITDA	19.464	15.441
(+ / -) Eventos não recorrentes (a)	(2.091)	-
EBITDA - Ajustado	17.373	15.441
Receita Líquida	97.489	99.849
Ralação % EBITDA ajustado	17,82%	15,46%

(a) Os valores demonstrados no quadro acima como “eventos não recorrentes”, referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, estão relacionados à ajustes

Comentário do Desempenho



efetuados no período, e destacados nas notas explicativas nº 28 e 29, respectivamente identificadas como “Outras despesas operacionais” e “Outras receitas operacionais”.

Abaixo um demonstrativo dos ajustes:

Ajuste	Valor	Divulgação
Provisão para Perda	2.476	NE nº 28 - item "b"
Créditos Fiscais	(4.567)	NE nº 29 - item "a"
Total		(2.091)

O EBIT ou LAJIR pode ser definido como resultado líquido do exercício, acrescido dos tributos sobre o lucro e das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras, enquanto que o EBITDA ou LAJIDA pode ser definido como resultado líquido do exercício, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações e amortizações.

LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

Em relação a LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2019), a Companhia informa que reconhece a importância de proteger a privacidade de seus usuários, visitantes, clientes, fornecedores e demais pessoas físicas envolvidas com a empresa. Outrossim, já instituiu o programa interno que contempla de forma ampla a gestão da privacidade. Além disto, já possui em seu portal as informações de contato do responsável pela proteção de dados (DPO - Data Protection Officer), bem como a política de privacidade e opção para que os titulares dos dados possam realizar as solicitações desejadas, disponível no site da empresa <https://www.minupar.com.br/lgpd>, e através do e-mail privacidade@minuano.com.br.

A Companhia ressalta ainda que o programa implantado “Programa de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais” é um programa que mantém o olhar diário sobre o tema da privacidade.

Relacionamento com os Auditores Externos

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003 e suas respectivas alterações, informamos que a Companhia e suas controladas tem como política não contratar os Auditores Independentes em serviços de consultoria que possam gerar conflito de interesse. A partir do exercício de 2023 a Companhia passou a ser auditada pela empresa Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, à qual possui registro junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, nº 01127-4.

Lajeado (RS), 15 de maio de 2024.

A Administração.

Notas Explicativas



MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às informações financeiras trimestrais para os períodos findos em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023.
(Em milhares de reais)

1 - Contexto operacional

1.1 - Atividades desenvolvidas

A Minupar Participações S/A. “Companhia” tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades.

As controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. também possuem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, tendo como controlada direta a Companhia Minuano de Alimentos (Minuano).

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas como prestador de serviço, e produção de produtos industrializados à base de carnes com Marca própria. A comercialização dos produtos com a marca “Minu” ocorre principalmente nos estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados na África, América, Ásia e Oceania.

1.2 - Contabilidade no pressuposto da continuidade operacional

As informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas da Minupar foram preparadas no pressuposto de sua continuidade operacional. A Administração da Minupar entende ser capaz de cumprir com as obrigações sociais, obrigações tributárias e parcelamentos (notas explicativas 13, 15 e 16), muito embora não se descarta a necessidade de recorrer a fontes de financiamento.

1.3 - Continuidade operacional

Até 31 de março de 2024 a Companhia havia acumulado prejuízos no montante de R\$ 478.179 (R\$ 487.051 em 31 de dezembro 2023), o patrimônio líquido negativo foi de R\$ 315.013 (negativo R\$ 323.886 em 31 de dezembro 2023). O passivo circulante, individual e consolidado, da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 1.184 e 370.503 (em 31 de dezembro de 2023, no individual, excedeu 1.159, e no consolidado, o passivo circulante excedeu o total do ativo circulante em R\$ 382.943).

A administração da Companhia vem atuando fortemente na manutenção e regularização da dívida tributária, e neste sentido, efetuou adesão em programas de parcelamentos tributários, os quais atualmente encontram-se vigentes e adimplentes, conforme exposto no quadro a seguir:

	Período de Adesão	Controladora		Consolidado	
		Dívida Parcelada	Saldo em 31/03/24	Dívida Parcelada	Saldo em 31/03/24
Parcelamento - Lei 11.941/09	2009	67	5	67	5
Parcelamento - Lei 12.996/14	2014	497	174	76.297	12.901
Parcelamento - PERT	2017	-	-	56.548	8.589
	Total	564	179	132.912	21.495

A Companhia concentra parte de suas atividades através de um contrato de prestação de serviço de abates de aves, o qual está em situação ativa e regular junto à outra empresa do ramo. As operações contempladas no contrato envolvem a utilização de granja de alojamento e granja de produção de ovos, incubatório, indústria de ração e abatedouro de aves habilitado para exportar para mercados externos.

Notas Explicativas



Além da prestação de serviços, a Companhia se movimenta no sentido de revigorar sua marca nos mercados interno e externo, focando na operação de produção de embutidos e reafirmando a força da sua imagem junto aos consumidores.

O quadro de pessoas envolvidas em todo ciclo operacional conta com aproximadamente 2.500 empregos diretos.

A Administração da Companhia reconhece as dificuldades de estrutura de capital, elevada dívida tributária, no entanto, conforme descrito acima, a Administração não tem dúvida quanto à continuidade operacional dos negócios da Companhia. As negociações ora em andamento aliadas às perspectivas de melhora operacional certamente conduzirão a uma nova situação de vitalidade financeira capaz de financiar de forma sustentável o crescimento das operações da Companhia.

1.4 Aprovação das Demonstrações financeiras

Em atendimento à disposição do artigo 25º, inciso I, alínea “b” do Estatuto Social da Minupar Participações S.A, a Diretoria submeteu as informações financeiras trimestrais devidamente auditadas pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, para apreciação e deliberação do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia, e no dia 15 de maio de 2024 as referidas informações financeiras trimestrais foram aprovadas e sua divulgação foi autorizada.

2 - Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As informações financeiras trimestrais, individuais e consolidadas, foram preparadas, e estão sendo apresentadas para o período de três meses findos em 31 de março de 2024, de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e de acordo com o IAS 34 - Interim Financial Reporting emitido pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais - ITR. As informações contábeis intermediárias foram preparadas pela Companhia para atualizar os usuários sobre as informações relevantes apresentadas no período coberto por estas informações contábeis intermediárias e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações contábeis completas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. As políticas contábeis, o uso de certas estimativas contábeis, os julgamentos da Administração e os métodos de cálculo adotados nestas informações contábeis intermediárias são os mesmos que os adotados quando da elaboração das demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e das informações contábeis intermediárias do período de três meses findos em 31 de março de 2023.

3 - Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Declaração de conformidade

3.1.1 Demonstrações financeiras consolidadas

As informações financeiras trimestrais consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de informações financeiras trimestrais (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas informações financeiras trimestrais foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo conselho federal de contabilidade e aprovadas pela comissão de valores mobiliários (CVM).

3.1.2 Informações financeiras trimestrais individuais

Notas Explicativas



As informações financeiras trimestrais individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade. As informações financeiras trimestrais da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as informações financeiras trimestrais consolidadas.

3.2 Consolidação

As informações financeiras trimestrais consolidadas compreendem as informações financeiras trimestrais da Minupar Participações S/A, e suas controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais, entre as empresas consolidadas, foram eliminados no processo de consolidação.

3.2.1 Informações financeiras trimestrais consolidadas

A Companhia efetua a consolidação de suas informações financeiras trimestrais de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com as normas de contabilidade emitidas pelo conselho federal de contabilidade, aprovados pela comissão de valores mobiliários (CVM). Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas informações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas informações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a Companhia optou por apresentar essas informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

3.2.2 Informações financeiras trimestrais individuais

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

3.3 Estimativas contábeis

A elaboração de informações financeiras trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As informações financeiras trimestrais da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para perdas esperadas, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

3.4 Moeda funcional e de apresentação das informações financeiras trimestrais

A administração da Companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

Notas Explicativas



3.5 Instrumentos Financeiros

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos ou passivos financeiros em:

- i) custo amortizado; e
- ii) valor justo por meio de resultado.

Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para a gestão de ativos e passivos nas características do fluxo de caixa contratuais.

Conforme previsto na norma NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros, a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros é realizada através dos seguintes critérios:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo, o custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado, assim como qualquer reversão que se faça necessária.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: Esses ativos são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros ou outro tipo de receita, é reconhecido no resultado.

Dentre os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia, estão sujeitos ao reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável:

- Contas a receber de clientes (nota 5);
- Outros ativos (nota 8);

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior, entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos, que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

3.6 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

3.7 Contas a receber

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das contas a receber de clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

O critério utilizado para o reconhecimento de provisão para perda dos créditos vinculados às contas a receber é revisado mensalmente, tendo como base a análise dos títulos vencidos, as práticas contábeis e as regras fiscais.

3.8 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é

Notas Explicativas



estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

Em consonância ao critério adotado para reconhecimento das receitas, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais, também fora ajustado o reconhecimento dos estoques, os quais serão reconhecidos no resultado na proporção do reconhecimento das respectivas receitas.

3.9 Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

3.10 Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.11 Investimentos

3.11.1 Participações societárias

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora.

3.11.2 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento são representadas por terrenos, obras civis e máquinas e equipamentos para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, o qual é determinado através do valor justo.

As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

3.12 Imobilizado

De acordo com a deliberação CVM nº 583/09, a controlada Companhia Minuano de Alimentos estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A controlada deverá efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,00% a.a. a 33,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

3.13 Direito de Uso

Notas Explicativas



Em virtude do IFRS16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos, a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento.

A Companhia reconhece o direito de uso de um ativo e um passivo de arrendamento correspondente com relação a todos os contratos de arrendamento em que é o arrendatário, exceto para arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor, estes arrendamentos são reconhecidos como despesa operacional durante o período de vigência do contrato.

Atualmente os principais arrendamentos da Companhia se referem a contratos de arrendamento de empilhadeiras, imóveis, e equipamentos industriais.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados pela taxa de juros incremental.

Os pagamentos de arrendamento incluem pagamentos fixos, todavia, os contratos preveem reajuste anual dos pagamentos conforme índice estabelecido junto ao respectivo fornecedor.

A Companhia efetua a remensuração do passivo de arrendamento se houver alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros, sendo reconhecido esse valor também no ativo direito de uso.

A Companhia aplica a IAS 36/CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos para determinar se o ativo de direito de uso está sujeito à redução ao valor recuperável e contabilizar eventuais perdas por redução ao valor recuperável identificadas.

O passivo de arrendamento é apresentado na rubrica “Arrendamentos a Pagar” e os ativos de direito de uso são apresentados na rubrica “Direito de Uso” no Balanço Patrimonial das demonstrações financeiras.

3.14 Intangível

Os ativos intangíveis da Companhia estão classificados em dois grupos:

- a) Ativo intangível de vida útil definida; e
- b) Ativo intangível de vida útil indefinida.

Ativos intangíveis de vida útil definida referem-se a softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados de forma sistemática, de forma que a apropriação ocorre ao longo da sua vida útil estimada.

Ativos intangíveis de vida útil indefinida referem-se a marcas e patentes, são reconhecidas pelo custo de aquisição e não são amortizadas, a avaliação com relação a perda de valor é realizada anualmente ou quando exista algum indício de que o ativo possa ter perdido valor, e a forma de avaliação do valor recuperável é realizada através na análise do valor em uso.

As práticas supramencionadas relativas aos ativos intangíveis estão em conformidade com a deliberação CVM nº 644/10.

3.15 Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos, tais como: propriedade para investimentos, ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor

Notas Explicativas



que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.16 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.17 Estimativas dos ativos e passivos contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procedem à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações financeiras. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

3.18 Ajuste a valor presente dos ativos e passivos

Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente, o mesmo critério pode ser aplicado aos ativos e passivos circulantes, quando seu efeito for considerado relevante em relação ao conjunto das informações financeiras trimestrais. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a deliberação CVM n° 564/08.

3.19 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das informações financeiras trimestrais e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

3.20 Reconhecimento das receitas de vendas e de serviços

A receita é reconhecida:

- (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

O reconhecimento de receita também leva em consideração os critérios previstos na NBC TG 47 - Receita de contratos com clientes, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais sobre o que possa ser entendido como vendas separadas, essas premissas auxiliam no controle e avaliação dos riscos de crédito com clientes, bem como na análise de histórico com perdas sobre créditos.

Notas Explicativas



3.21 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos períodos, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.22 Julgamento e uso de estimativas contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das informações financeiras trimestrais pela administração são:

- (a) as provisões para perdas esperadas, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- (b) vida útil, “*Impairment*” e valor residual das propriedades para investimentos, dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; e
- (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

3.23 Demonstração do valor adicionado - DVA

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações financeiras trimestrais e seguindo as disposições contidas na Deliberação CVM nº 557/08 da comissão de valores mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das informações financeiras trimestrais conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

3.24 Novas normas e interpretações

A Companhia analisou as novas normas contábeis bem como alterações nas normas vigentes, as quais são válidas para períodos anuais iniciados, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

3.24.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas

- Alterações ao CPC 06 (IFRS 16): Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)
- Alterações ao CPC 26 (IAS 1): Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante
- Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03 (IAS 7) e CPC 40 (IFRS 7)
- Alterações ao CPC 36 (R3) (IFRS 10) e ao CPC 18 (R2) (IAS 28)
- Alterações ao CPC 02 (IAS 21)

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas divulgadas pela Companhia e suas controladas. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

3.25 Reforma Tributária no Brasil

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a reforma tributária sobre o consumo, todavia, não é possível avaliar e mensurar os possíveis impactos desta reforma, pois a regulamentação dependerá de Leis Complementares, as quais definirão as alíquotas dos novos tributos.

Notas Explicativas

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi criado um IS - Imposto Seletivo de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das Leis Complementares.

4 - Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/24	31/12/23	31/03/24	31/12/23
Caixa	-	-	12	15
Bancos - Conta Corrente	-	-	100	276
Total	-	-	112	291

5 - Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/03/24	31/12/23	31/03/24	31/12/23
Mercado interno	-	-	56.672	54.688
Mercado externo	-	-	7.935	6.395
(-) Provisão para perdas esperadas	-	-	(4.031)	(4.007)
Total	-	-	60.576	57.076

Vencidos	31/03/24		31/12/23	
Até 30 dias	9.053	15%	12.458	22%
De 31 a 60 dias	243	0%	216	0%
De 61 a 90 dias	240	0%	219	0%
De 91 a 120 dias	243	0%	1	0%
De 121 a 150 dias	-	0%	18	0%
De 151 a 180 dias	2	0%	3	0%
Acima de 180 dias	4.031	7%	4.007	7%
Sub-total	13.812	22%	16.922	29%
À vencer				
Até 30 dias	33.058	55%	25.462	45%
De 31 a 60 dias	17.737	30%	18.699	33%
Sub-total	50.795	85%	44.161	78%
Provisão para perda esperada	(4.031)	-7%	(4.007)	-7%
Total	60.576	100%	57.076	100%

Notas Explicativas**6 - Estoques**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/24	31/12/23	31/03/24	31/12/23
Produtos prontos	-	-	2.105	2.560
Produtos em elaboração	-	-	131	84
Matérias primas	-	-	4.150	4.913
Materiais de embalagem	-	-	2.096	1.800
Materiais de manutenção	-	-	7.368	6.730
Estoque em poder de terceiro	-	-	321	-
Total	-	-	16.171	16.087

7 - Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/24	31/12/23	31/03/24	31/12/23
IRRF a recuperar	-	-	35	34
IRPJ e CSLL a recuperar	303	303	2.534	1.161
PIS e COFINS a recuperar	-	-	8.311	3.374
ICMS a recuperar	-	-	3.311	2.995
ICMS a recuperar - Imobilizado	-	-	638	751
Crédito de Exportação (Reintegra)	-	-	1.307	1.282
Crédito de ICMS na base do PIS e COFINS	-	-	4.245	4.192
INSS a Compensar (a)	-	-	4.379	4.530
Circulante	303	303	24.760	18.319
ICMS a Recuperar - Imobilizado	-	-	334	266
Não Circulante	-	-	334	266

a) Crédito de INSS a Compensar

O montante de R\$ 4.379 (R\$ 4.530 em 31 de dezembro de 2023), registrado na rubrica "INSS a compensar" refere-se a pagamento de guias GPS, recolhidas de forma mensal e consecutiva no período de 05/2018 até 06/2022, tais pagamentos deveriam ser alocados a pedido de parcelamento convencional de débitos previdenciários, realizado e protocolado na Receita Federal do Brasil em 05/2018.

Devido a uma falha no processo de efetivação do parcelamento, o pedido não foi homologado pela Receita Federal do Brasil, o que ocasionou a inscrição dos débitos previdenciários em dívida ativa. Deste modo, a Companhia realizou novo pedido de parcelamento dos débitos através do portal regularize, porém, os pagamentos até então efetuados se tornaram "indébitos tributários", gerando um crédito para a Companhia, o qual está sendo utilizado para abatimento de dívidas federais.

Notas Explicativas**8 - Outros ativos**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/24	31/12/23	31/03/24	31/12/23
Consórcios contemplados	-	-	210	203
Despesas antecipadas	29	49	285	607
Numerários em trânsito (a)	-	-	84.490	78.066
Trava Cambial (b)	-	-	2.741	4.594
Minupar Participações S/A (c)	-	-	3.785	3.786
(-) Provisão para perda (Impairment) (d)	-	-	(1.460)	(1.671)
Circulante	29	49	90.051	85.585
Agostinho Carrer (e)	15.769	15.769	15.769	15.769
Outros	-	-	2.708	5.091
(-) Provisão para perda (Impairment) (e)	(9.635)	(9.635)	(12.044)	(12.044)
Não Circulante	6.134	6.134	6.433	8.816

a) A rubrica “numerários em trânsito” refere-se à valores recebidos através de ordens de pagamento vinculadas ao Mercado Externo, porém sem a conversão em moeda nacional (fechamento de câmbio). A prática adotada pela Companhia para conversão destes recebíveis é superior a 90 dias.

b) A Companhia utiliza-se de instrumento financeiro para afastar o risco em relação ao efeito de variação cambial de parte de suas operações realizadas em moeda estrangeira, com isso, reconhece o efeito de ganho ou perda destas operações em rubrica denominada de “trava cambial”, a qual indica a diferença entre a taxa de câmbio contratual frente a taxa de câmbio de fechamento do mês.

c) A Companhia firmou acordo judicial nos autos dos processos de execução nº 500067-21.2009.8.21.0017, 5000281-09.2010.8.21.0017 e 5000397-44.2012.8.21.0017, todos em trâmite perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Lajeado – RS. Tais processos foram ajuizados pela empresa Dohler S.A. baseados em parcial inadimplemento de Instrumento de Rescisão de Contrato de Cessão de Direitos de Crédito Tributário datado de 21/11/2008.

Durante o trâmite dos referidos processos, as partes chegaram a firmar um acordo prevendo, entre outros pontos, a subscrição de 111.359 (cento e onze mil, trezentos e cinquenta e nove) ações ordinárias nominativas da Minupar Participações S.A. para a Dohler S.A., porém, essa última passou a discutir a validade deste acordo, ponto que também foi objeto de decisão judicial.

Em resumo, a sentença da 1ª Vara Cível da Comarca de Lajeado/RS foi de parcial procedência aos embargos à execução da Companhia, declarando a validade do acordo firmado, no entanto, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul reformou integralmente a sentença, declarando ineficaz o acordo discutido e, por consequência, determinando a devolução das ações até então de posse da Dohler S.A. para a Minuano.

Apesar da Companhia Minuano ter prosseguido com os recursos cabíveis visando alterar a decisão, paralelamente buscou compor o débito em discussão e obteve êxito no acordo. As partes acordaram com um prazo para pagamento parcelado até dezembro de 2023, o qual foi integralmente liquidado, e a Dohler cedeu à Companhia Minuano as 111.359 (cento e onze mil, trezentos e cinquenta e nove) ações da Minupar Participações S.A, em devolução àquelas que lhe haviam sido entregues por meio do acordo judicial anterior. O valor considerado nas ações foi o nominal da época de sua dação em pagamento, qual seja, R\$ 3.786 mil, sendo que este efeito está destacado na nota explicativa nº 29 – Outras receitas operacionais.

Importa esclarecer que a Minupar não figurou como parte das referidas demandas judiciais, pelo que não foi possível a restituição direta dos títulos à Minupar. Logo, a Companhia Minuano passou a ser, temporariamente, titular das ações transacionadas no citado acordo judicial.

Notas Explicativas



No mês de maio de 2023 a Companhia encaminhou consulta formal à CVM, diante do disposto no artigo 244 da Lei 6.404/76 que veda a participação recíproca entre a companhia e suas controladas. Em 20/12/2023 foi recebido o retorno definitivo da CVM, que concluiu que as ações foram regularmente emitidas e que a transferência das ações pela Döhler à Companhia Minuano de Alimentos, controlada indireta da Minupar, não se caracterizou como uma operação de aquisição de ações de controladora por controlada, vedada pela legislação, com isso, não se verifica impedimento para que a Companhia Minuano de Alimentos efetue a negociação destas ações no mercado.

d) Os valores registrados como provisão para perda, referem-se ao valor justo do ativo apresentado na rubrica “Minupar Participações S.A.”, considerando o valor atual de cotação das ações da Companhia.

e) Em 04 de Outubro de 2019, a Minupar Participações S.A. e sua controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos celebraram acordo judicial com Agostinho Carrer Participações S.A, Agroará Indústria de Alimentos LTDA, Orlando Carrer e Pedro Carrer, os quais reconheceram a existência de dívida, para resolver todos os processos objetos de litígio entre as partes (ação de execução de título extrajudicial, embargos à execução, ações de cobrança e carta precatória de avaliação de bens). Entretanto, sob a alegação de crise no setor avícola, as devedoras passaram a requerer suspensões provisórias dos pagamentos das parcelas principais, de modo que, desde julho de 2020 restou acordada a obrigação de pagar apenas do valor dos juros compensatórios e atualização monetária incidente sobre o saldo devedor.

Ocorre que os pagamentos, mesmo que parciais, deixaram de ser adimplidos a partir de novembro de 2022, além disso, em fevereiro de 2023 a Companhia tomou conhecimento do pedido de Recuperação Judicial da empresa Agroará Indústria de Alimentos LTDA, uma das partes do acordo, e com o intuito de refletir a incerteza dos eventuais impactos de forma mais conservadora, a Companhia, optou por manter em suas demonstrações financeiras apenas os valores que já estão depositados em juízo, o que representa a quantia de R\$ 6.134.

Apesar disto, a expectativa da Companhia é de que os valores celebrados no acordo sejam honrados de forma integral, conforme esforços dos nossos assessores jurídicos.

Outro montante que compõe a rubrica (-) Provisão para perda (Impairment) no período de três de meses findo em 31 de março de 2024, refere-se a provisão de uma possível perda esperada no valor de R\$ 2.409 em relação ao processo judicial nº 017/1.14.0005983-0, referente ao Cumprimento de Sentença de Ação de Rescisão Contratual, tendo em vista que restaram infrutíferas as tentativas de acordo, fazendo com que o pagamento do débito esteja relacionado à decisão do Juízo Recuperacional, enquanto vigente o plano de pagamento da recuperação judicial da devedora.

9 - Investimentos

a) Participações societárias

Em 31/03/2024 a Companhia é controladora direta das seguintes empresas:

	Valepar S.A.	Sulaves S.A.	Total
Participação societária (%)	99,99%	100,00%	
Provisão para perda de investimento em 31/12/2022	(227.192)	(82.399)	(309.591)
+/- Equivalência Patrimonial	16.996	6.127	23.123
Provisão para perda de investimento em 31/12/2023	(210.196)	(76.272)	(286.468)
+/- Equivalência Patrimonial	8.820	3.208	12.028
Provisão para perda de investimento em 31/03/2024	(201.376)	(73.064)	(274.440)

Notas Explicativas**b) Propriedades para investimento**

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de propriedades para investimento:

Grupo	Consolidado 31/03/24			Consolidado 31/12/23		
	Custo	Deprec.	Líquido	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	7.742	-	7.742	7.742	-	7.742
Obras civis	24.498	(7.999)	16.499	24.498	(7.910)	16.588
Máquinas e equipamentos	11.391	(8.264)	3.127	11.391	(8.149)	3.242
Outros	290	(246)	44	290	(244)	46
(-) Impairment	(7.622)	-	(7.622)	(5.146)	-	(5.146)
Total	36.299	(16.509)	19.790	38.775	(16.303)	22.472

Os valores das propriedades para investimentos apresentados em 31 de março de 2024 são contabilizados a valor de custo.

Avaliação de recuperabilidade das Propriedades para Investimentos

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável das Propriedades para Investimento, utilizando-se de avaliação feita através de cotações junto a corretores de imóveis, e nesta análise não se identificou necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor. Para o período findo em 31 de março de 2024, foi realizada a análise de fatores internos e externos, e identificou-se a necessidade de reconhecer ajuste pela redução ao valor recuperável no valor de R\$ 2.476 pertinente a Granja São Rafael, localizada no município de Cruzeiro do Sul.

A movimentação das propriedades para investimento apresenta-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em 31/12/23	Adições	Baixas	Deprec.	Impairment	Transf.	Saldo em 31/03/24
Terrenos	7.742	-	-	-	-	-	7.742
Obras civis	16.588	-	-	(89)	-	-	16.499
Máquinas e equipamentos	3.242	-	-	(115)	-	-	3.127
Outros	46	-	-	(2)	-	-	44
(-) Impairment	(5.146)	-	-	-	(2.476)	-	(7.622)
Total	22.472	-	-	(206)	(2.476)	-	19.790

10 - Imobilizado

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de imobilizado:

Grupo	Taxas	Consolidado 31/03/24			Taxas	Consolidado 31/12/23		
		Custo	Deprec.	Líquido		Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	-	15.593	-	15.593	-	15.593	-	15.593
Prédios	2,00% - 5,00%	86.485	(31.349)	55.136	2,00% - 5,00%	83.475	(30.757)	52.718
Maq. e Equip.	3,33% - 11,11%	72.019	(44.974)	27.045	3,33% - 11,11%	69.415	(44.705)	24.710
Móveis e utens.	4,76% - 20,00%	3.877	(1.679)	2.198	4,76% - 20,00%	3.761	(1.654)	2.107
Computadores	5,56% - 20,00%	2.555	(1.374)	1.181	5,56% - 20,00%	2.555	(1.352)	1.203
Veículos	7,14% - 10,00%	990	(769)	221	7,14% - 10,00%	990	(760)	230
Imobil. em Andamento	-	6.465	-	6.465	-	9.321	-	9.321
Outros	-	14	(14)	-	-	14	(14)	-
		187.998	(80.159)	107.839		185.124	(79.242)	105.882

Notas Explicativas



Em 2023 a Companhia contratou uma empresa especializada em trabalho de levantamento patrimonial, cujo intuito foi regularizar as bases de informações com o acervo físico de bens existentes e em situação adequada para uso, além disso, foi realizada a revisão da vida útil remanescente dos bens. O trabalho supracitado foi concluído e formalizado através de laudo emitido em 30 de setembro de 2023.

A movimentação dos imobilizados apresentam-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em 31/12/22	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	Saldo em 31/12/23
Terrenos	15.593	-	-	-	-	15.593
Prédios	51.484	19	-	(3.285)	4.500	52.718
Maquinas e equipamentos	20.393	3.105	(47)	(2.400)	3.659	24.710
Moveis e utensílios	1.810	379	(16)	(201)	135	2.107
Computadores e periféricos	1.156	284	(23)	(226)	12	1.203
Veículos	154	100	-	(24)	-	230
Imobilizações em andamento	2.123	15.508	(4)	-	(8.306)	9.321
Total	92.713	19.395	(90)	(6.136)	-	105.882

Grupo	Saldo em 31/12/23	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	Saldo em 31/03/24
Terrenos	15.593	-	-	-	-	15.593
Prédios	52.718	-	-	(592)	3.010	55.136
Maquinas e equipamentos	24.710	281	(71)	(672)	2.797	27.045
Moveis e utensílios	2.107	126	(6)	(57)	28	2.198
Computadores e periféricos	1.203	54	(14)	(62)	-	1.181
Veículos	230	-	-	(9)	-	221
Imobilizações em andamento	9.321	3.189	(210)	-	(5.835)	6.465
Total	105.882	3.650	(301)	(1.392)	-	107.839

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos imobilizados, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos imobilizados, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor. Na análise realizada sobre fatores internos e externos para o período findo em 31 de março de 2024, não se identificou quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

11 - Direito de Uso

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui seis contratos classificados na rubrica “Direito de Uso”, sendo quatro deles referentes a máquinas e equipamentos, e dois imóveis. Destes contratos não utilizou de nenhum expediente prático. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

A movimentação do Direito de Uso bem como as informações contratuais, seguem demonstradas no quadro abaixo:

	Taxa ponderada (a.a.)	Vida útil (anos)	Saldo 31/12/23	Novos Contratos	Deprec. Locação	Saldo 31/03/24
Imóveis	16,51%	6	178	-	(21)	157
Máquinas e Equipamentos	17,32%	5	6.140	-	(404)	5.736
			6.318	-	(425)	5.893

Notas Explicativas**12 - Intangível**

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de intangível:

Grupo	Taxas	Consolidado 31/03/24			Consolidado 31/12/23		
		Custo	Amort.	Líquido	Custo	Amort.	Líquido
Softwares	20,00%	470	(351)	119	446	(337)	109
Marcas e Patentes	-	206	-	206	190	-	190
Total		676	(351)	325	636	(337)	299

A movimentação dos intangíveis apresentam-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em 31/12/22	Adições	Baixas	Amort.	Transf.	Saldo em 31/12/23
Softwares	156	9	-	(56)	-	109
Marcas e Patentes	148	42	-	-	-	190
Total	304	51	-	(56)	-	299

Grupo	Saldo em 31/12/23	Adições	Baixas	Amort.	Transf.	Saldo em 31/03/24
Softwares	109	24	(1)	(13)	-	119
Marcas e Patentes	190	16	-	-	-	206
Total	299	40	(1)	(13)	-	325

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos intangíveis, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos intangíveis, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor. Na análise realizada sobre fatores internos e externos para o período findo em 31 de março de 2024, não se identificou quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

13 - Salários e encargos sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/24	31/12/23	31/03/24	31/12/23
Provisões de férias	-	-	12.028	10.114
Provisões convenção coletiva	-	-	2.005	2.516
Salários a pagar	190	180	4.597	3.963
Rescisões a pagar	-	-	86	74
Outras obrigações a pagar	-	-	13	13
Total	190	180	18.729	16.680

14 - Arrendamentos a pagar

Composição dos arrendamentos a pagar:

Notas Explicativas



	Consolidado 31/03/24	Consolidado 31/12/23
Arrendamentos a pagar - CP	2.306	2.374
(-) Encargos a apropriar - CP	(978)	(1.031)
Total - Passivo Circulante	1.328	1.343
Arrendamentos a pagar - LP	6.997	7.506
(-) Encargos a apropriar - LP	(1.594)	(1.819)
Total - Passivo Não Circulante	5.403	5.687

A seguir está apresentado o cronograma de vencimentos dos contratos de arrendamento:

	Arrendamentos a Pagar	(-) Encargos a apropriar	Total
2024	1.781	(655)	1.126
2025	2.278	(917)	1.361
2026	2.109	(595)	1.514
2027	2.109	(342)	1.767
2028	1.026	(63)	963
Total	9.303	(2.572)	6.731

Movimentação dos arrendamentos a pagar:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.030
(+) Remensuração	-
(+) Novos contratos	-
(-) Contratos encerrados	-
(+) Encargos	278
(-) Contraprestação	(577)
Saldo em 31 de março de 2024	6.731

15 - Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/03/24	31/12/23	31/03/24	31/12/23
INSS a recolher	14	25	285.123	281.502
FGTS a recolher	-	-	673	899
IRRF a recolher	9	23	258	892
IRPJ a recolher	-	-	106.794	106.680
CSLL a recolher	-	1	40.736	40.186
COFINS a recolher	-	-	50.407	49.983
PIS a recolher	-	-	10.744	10.617
Impostos Retidos	-	-	714	713
ICMS a recolher	-	-	1.139	1.130
Outros	-	-	4.772	4.718
Total	23	49	501.360	497.320

Notas Explicativas

Abaixo demonstramos os valores de forma segregada, utilizando como base os débitos informados pelos respectivos agentes de cobrança, PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, e RFB - Receita Federal do Brasil:

	31/03/2024			31/12/2023		
	RFB	PGFN	Total	RFB	PGFN	Total
INSS a recolher	1.898	283.225	285.123	3.815	277.687	281.502
FGTS a recolher	673	-	673	899	-	899
IRRF a recolher	258	-	258	892	-	892
IRPJ a recolher	398	106.396	106.794	-	106.680	106.680
CSLL a recolher	147	40.589	40.736	1	40.185	40.186
COFINS a recolher	-	50.407	50.407	-	49.983	49.983
PIS a recolher	-	10.744	10.744	-	10.617	10.617
Impostos Retidos	39	675	714	46	667	713
ICMS a recolher	1	1.138	1.139	1	1.129	1.130
Outros	58	4.714	4.772	60	4.658	4.718
Total	3.472	497.888	501.360	5.714	491.606	497.320

Os valores relativos aos tributos apresentados na coluna “PGFN” estão acrescidos dos custos de juros, multas e encargos calculados pelo sistema de cobrança da PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (sistema regularize). Vale destacar, que o programa de regularização tributária prevê benefícios que poderão resultar em alterações dos valores apurados e apresentados no quadro anterior, porém, até o momento não é possível dimensionar os efeitos de tais ajustes, visto que o pedido de regularização está sob análise junto à PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

16 - Parcelamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/24	31/12/23	31/03/24	31/12/23
PERT (a)	-	-	1.601	1.568
Lei 12.996/14 (b)	31	19	2.277	2.239
Lei 11.941/09	5	2	5	2
FGTS	-	-	690	683
ICMS	-	-	11	11
Ordinário	-	-	607	745
Circulante	36	21	5.191	5.248
PERT (a)	-	-	6.988	7.235
Lei 12.996/14 (b)	143	162	10.624	11.076
Lei 11.941/09	-	6	-	6
FGTS	-	-	3.448	3.587
ICMS	-	-	-	3
Ordinário	-	-	342	1.204
Não Circulante	143	168	21.402	23.111

(a) Pert

A Companhia aderiu ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária (Lei 13.496/17) em setembro de 2017, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, na modalidade de débitos previdenciários (art. 2º, inciso I) e demais débitos (art. 2º, inciso I), e perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades de débitos previdenciários (art. 3, inciso II, alínea “b”) e demais débitos (art. 3, inciso II, alínea “b”).

Notas Explicativas



Todos os efeitos da adesão ao PERT foram devidamente calculados e registrados, sendo que, abaixo, apresentamos o resumo dos valores totais indicados no referido parcelamento:

Total dos débitos incluídos no PERT	56.548 (i)
(-) Anistia de multa, juros e encargos legais	(25.218) (iii)
(-) Compensação com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	(7.845) (ii)
(-) Pagamentos efetuados até dezembro de 2023	(18.491)
(+) Atualização Selic até dezembro de 2023	3.809
Saldo remanescente em 31/12/2023	8.803
(+) Atualização Selic de Jan-24 até Mar-24	153
(-) Pagamentos efetuados de Jan-24 até Mar-24	(367)
Saldo remanescente em 31/03/2024	8.589
Circulante	1.601
Não circulante	6.988

(i) O montante de R\$ 56.548 refere-se ao valor total de débitos consolidados no PERT, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades débitos previdenciários e demais débitos, respectivamente, nas seguintes importâncias:

Esfera	Natureza	Valor
Secretaria da Receita Federal do Brasil	Débitos Previdenciários	8.078
	Demais Débitos	1.729
Procuradoria Geral da Fazenda	Débitos Previdenciários	856
	Demais Débitos	45.885
Total		56.548

(ii) O montante de R\$ 7.845 refere-se ao valor de Prejuízo Fiscal e de Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) utilizado para quitação do saldo remanescente de débitos, em 31 de dezembro de 2017, quando da consolidação do PERT perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos moldes previsto no artigo 2, inciso I, da Lei 13.496/17:

Importante observar que não foram utilizados prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as modalidades perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

(iii) O montante de R\$ 25.218 refere-se à anistia de multa, juros e encargos legais concedidas quando houve a adesão de débitos, na modalidade débitos previdenciários e demais débitos, perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por força do artigo 3º, inciso II, alínea “b”, da Lei 13.496/17:

No quadro a seguir, consta a memória de cálculo das referidas reduções:

Esfera	Natureza	Débito	Valor da dívida	(Entrada)	Saldo em 31/12/17	Anistia	
						%	R\$
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	Débitos Previdenciários	Principal	430	(86)	344	0%	-
		Multa	86	(17)	69	50%	35
		Juros	197	(39)	158	80%	126
		Encargos	143	(29)	114	100%	114
	Demais Débitos	Principal	6.789	(1.358)	5.431	0%	-
		Multa	5.426	(1.085)	4.341	50%	2.171
		Juros	26.022	(5.205)	20.817	80%	16.654
		Encargos	7.648	(1.530)	6.118	100%	6.118
Total		46.741	(9.349)	37.392	25.218		

As dívidas parceladas na esfera da Receita Federal do Brasil não tiveram anistia de valores referente a multa, juros e encargos legais.

Notas Explicativas**(b) Lei nº 12.996/2014**

Em 25 de agosto de 2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram, com parte de seus passivos tributários federais, ao programa de parcelamento oriundo da lei nº 12.996/2014 e portaria conjunta PGFN/RFB Nº 14/2014, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados no momento da adesão.

Como consequência do referido parcelamento, a Companhia liquidou valores correspondentes a multas de mora, de ofício e isoladas e a juros de mora, remanescentes após as reduções legais, com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social, estes validados pela Receita Federal do Brasil - RFB e procuradoria geral da fazenda nacional - PGFN, no momento da consolidação da dívida. Para fins de adesão ao referido parcelamento, a Companhia efetuou recolhimento mensal da antecipação com base nos percentuais determinados pelos referidos normativos, sendo estas acrescidas de juros correspondentes à variação mensal da taxa do sistema especial de liquidação e de custódia - SELIC.

Apresentamos no quadro abaixo o resumo da adesão ao parcelamento:

Lei nº 12.996/2014	
Passivo tributário parcelado	76.297
(-) Reduções da lei 12.996/2014	(23.310)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(25.087)
Total líquido do passivo tributário aderido	27.900
Amortização líquida até 31/03/2024	(14.999)
Saldo remanescente em 31/03/2024	12.901
Circulante	2.277
Não circulante	10.624

Em 30 de julho de 2015, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a Receita Federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 1.064/15, os procedimentos para consolidação da modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou pela RFB. Neste sentido, em agosto de 2015 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Em 12 de abril de 2016, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a Receita Federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 550/16, e suas alterações, os procedimentos para consolidação da modalidade previdenciária, relativa às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do art. 11 da lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos. Neste sentido, em julho de 2016 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Com relação a modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou RFB, além dos débitos que já haviam sido inclusos na adesão ocorrida em 2014, no momento da consolidação houve o incremento de R\$ 3.021 mil. Com relação aos valores da modalidade previdenciária administrada pela PGFN e/ou RFB, não houve incremento de novos débitos além dos informados no momento da adesão ocorrida em 2014.

Notas Explicativas**17- Impostos diferidos - Passivo**

	31/03/24	31/12/23
IRPJ diferido	663	663
CSLL diferido	239	239
Circulante	902	902
IRPJ diferido	11.686	11.817
CSLL diferido	4.207	4.254
Não circulante	15.893	16.071

No quadro a seguir são demonstrados os itens que compõem o cálculo dos Impostos Diferidos em 31 de março de 2024:

Item	Valor	Impostos Diferidos		
		IR (25%)	CSLL (9%)	Total
Custo atribuído de Terrenos	15.719	3.930	1.415	5.345
Custo atribuído de Obras Civas	33.592	8.398	3.023	11.421
Custo atribuído de Máquinas e Equipamentos	13.263	3.316	1.194	4.510
Custo atribuído de Móveis e Utensílios	3.619	905	326	1.231
Custo atribuído de Veículos	191	48	17	65
Custo atribuído de Computadores e Periféricos	582	146	52	198
Diferença temporal de Depreciação Atividade Rural	10.206	2.552	919	3.471
Diferença temporal de Créditos Fiscais não Compensados	5.343	1.336	481	1.817
Total	82.515	20.631	7.427	28.058
Diferimento até 31/03/2024		(8.282)	(2.981)	(11.263)
Saldo em 31/03/2024		12.349	4.446	16.795
Circulante		663	239	902
Não Circulante		11.686	4.207	15.893

A Companhia não reconhece imposto diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa.

17.1 - Apuração da alíquota efetiva do Imposto de Renda e da Contribuição Social

No quadro a seguir se demonstra a conciliação entre a despesa calculada pela aplicação da alíquota fiscal nominal frente a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no demonstrativo de resultado.

Notas Explicativas



	Controladora		Consolidado	
	31/03/24	31/03/23	31/03/24	31/03/23
Lucro antes do IR e CS	8.873	6.453	8.727	4.565
Aliquota fiscal nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa de tributos à alíquota nominal	(3.017)	(2.194)	(2.967)	(1.552)
Resultado de participações societárias	(4.096)	(3.980)	-	-
Ajuste a valor presente	-	-	-	-
Provisão para perda - Impairment	-	-	842	-
Contingências	-	-	(172)	(4.157)
Diferença de depreciação	-	-	(381)	(7)
Variação cambial	-	-	(346)	84
Ajustes de Faturamento - CPC47	-	-	(421)	(3.730)
Subvenções governamentais	-	-	-	-
Diferenças temporárias	-	-	-	-
Compensação com PFe BN	-	-	-	-
Provisão de devedores duvidosos	-	-	-	-
Outros	932	-	7	115
Despesa efetiva de IR e CSLL	(147)	(1.786)	2.496	(6.143)
IRPJ e CSLL - Diferido	-	2.075	158	3.974
IRPJ e CSLL - Corrente	-	-	1.393	-
Alíquota de imposto efetiva	0%	0%	29%	0%

18 - Outros Passivos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/24	31/12/23	31/03/24	31/12/23
Processos judiciais a pagar	-	-	2.864	3.212
Provisões de despesas	-	-	717	1.719
Seguros a pagar	-	36	24	79
Outras obrigações	971	961	992	965
Total	971	997	4.597	5.975

19 - Partes relacionadas

a) Remuneração dos administradores

A remuneração global anual dos administradores das controladas diretas, Sulaves e Valepar, bem como de sua controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, foi fixada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2023 da seguinte forma:

- a) Minupar - em até R\$ 700 mil;
- b) Sulaves - em até R\$ 250 mil;
- c) Valepar - em até R\$ 250 mil; e
- d) Minuano - em até R\$ 3.250 mil.

No quadro a seguir apresentamos a remuneração da administração recebida no período de três meses de 2024 em comparação com o mesmo período de 2023:

Notas Explicativas



	31/03/24		31/03/23	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Conselho de adm e fiscal	120	120	93	93
Diretoria executiva	45	621	30	394

b) Operações com partes relacionadas

Ativo não circulante	Controladora		Consolidado	
	31/03/24	31/12/23	31/03/24	31/12/23
Valepar S/A	517	517	-	-
Companhia Minuano	5.260	5.260	-	-
Outros	-	-	-	-
Total	5.777	5.777	-	-
Passivo não circulante	Controladora		Consolidado	
	31/03/24	31/12/23	31/03/24	31/12/23
Serra do Roncador Part. Ltda	-	-	-	-
Companhia Minuano	10.849	10.425	-	-
Acionistas e outros	40.309	37.578	40.307	37.578
Total	51.158	48.003	40.307	37.578

As operações *intercompany* referem-se à pagamentos efetuados pela controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, referente a despesas operacionais nominais às empresas *holdings* (Minupar Participações S.A. e Valepar S.A.), as quais não possuem previsão contratual definindo índice de remuneração, e os prazos estipulados para recebimento e liquidação estão condicionados à maximização do fluxo de caixa das empresas.

As demais operações envolvendo partes relacionadas estão formalizadas mediante celebração de contratos de mútuos, nos quais os juros atribuídos nas operações foram pactuados dentro das condições de mercado praticada na época em que os respectivos contratos foram formalizados.

20 - Provisão para contingência

a) Contingências Passivas

A Companhia, e suas controladas, são parte envolvida em processos tributários, cíveis e trabalhistas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando necessário, tais discussões foram amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos.

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023 foram apuradas as seguintes provisões de contingências e respectivos depósitos judiciais:

Consolidado				Consolidado		
31/03/24				31/12/23		
Natureza	Contingências	Depósitos	Saldo Residual	Contingências	Depósitos	Saldo Residual
Trabalhista	6.161	(4.361)	1.800	6.590	(4.611)	1.979
Cível	912	(659)	253	1.117	(604)	513
Tributária	312	-	312	183	-	183
Total	7.385	(5.020)	2.365	7.890	(5.215)	2.675

Notas Explicativas

A movimentação consolidada das provisões para contingências apresenta-se da seguinte forma:

	Saldo Inicial 31/12/2023	Provisões	Reversões	Saldo Final 31/03/2024
Contingências Trabalhistas	6.591	634	(1.064)	6.161
Contingências Tributárias	183	529	(400)	312
Contingências Cíveis	1.116	28	(232)	912
Total	7.890	1.191	(1.696)	7.385

Com base na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, foi apurado para 31 de março de 2024, processos judiciais com probabilidade de risco de perda “possível” na quantia de R\$ 34.855 (R\$ 29.896 em 31 de dezembro de 2023), destes, R\$ 18.154 (R\$ 14.457 em 31 de dezembro de 2023) são relativos à natureza cível e R\$ 16.701 (R\$ 15.439 em 31 de dezembro de 2023) são relativos à natureza trabalhista.

Processos de natureza tributária são tratados como passivos tributários, e estão contemplados de forma detalhada nas notas explicativas 15 e 16.

21 - Patrimônio líquido**a) Capital social**

O Capital Social da Companhia é de R\$ 120.107.800 (cento e vinte milhões, cento e sete mil e oitocentos reais), representado por 7.100.100 (sete milhões, cem mil e cem) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Em virtude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas através das NBC TG's aprovadas pela comissão de valores mobiliários (CVM), a Companhia possui registrado em seu patrimônio líquido, saldo decorrente de avaliação reflexa ocorrida nas propriedades para investimento e no imobilizado a custo atribuído de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

Devido a estrutura limitada de agrupamento de contas disponíveis no formulário de informações exigido pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, a Companhia registra os valores correspondentes ao ajuste de avaliação patrimonial na coluna de “Reserva de Lucros”.

c) Reserva legal

Quando aplicável, será constituída reserva legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social.

d) Subvenções governamentais

A controlada indireta possui incentivo fiscal concedido pelo governo estadual a título de crédito fiscal presumido de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul. Tal incentivo, concedido como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos, está em fase de alterações conforme o decreto 57.581 emitido em 30 de abril de 2024. Até o encerramento das informações financeiras trimestrais, não foi possível avaliar os impactos de tais alterações para a Companhia.

Até o período findo em 31 de março de 2024, o saldo acumulado do incentivo fiscal totaliza a quantia de R\$ 6.234, e sua apuração ocorreu ao longo do exercício de 2022, conforme demonstrado em rubrica destacada no Patrimônio Líquido denominada “Reserva de Incentivos Fiscais”.

Notas Explicativas



e) Dividendos

De acordo com o art. 189 da Lei 6.404/76, o lucro líquido será absorvido pela conta de prejuízos acumulados, e quando aplicável, observando o estatuto da Companhia, os acionistas terão direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado consoante ao disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

22 - Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas, têm por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos.

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos considera que os valores segurados são suficientes para cobrir eventuais sinistros nas Granjas e Incubatório. Em que tange as unidades fabris, as apólices tiveram seu vencimento em julho de 2023, as quais encontram-se em negociação e atendimento a algumas adequações solicitadas pelas seguradoras para emissão das apólices, encontrando-se até a presente data sem a cobertura de seguro. Cabe destacar que tanto as apólices vigentes, quanto as que estão em negociação pela Companhia não cobrirão sinistros relacionados a enchentes e/ou ciclones.

23 - Instrumentos financeiros e derivativos

A administração desses instrumentos é efetuada, pela controlada indireta, por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da Companhia, se limita a:

a) Risco de crédito: É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato de a Companhia possuir políticas de análise e revisão periódica de cadastro para liberação de crédito. Em caso de inadimplemento a Companhia possui políticas de cobrança de clientes;

b) Risco de preço: Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e se essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia e suas controladas, para minimizarem estes riscos, acompanham permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços;

c) Risco de taxas de câmbio: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 30% das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo. Mesmo havendo estes riscos, a Companhia, e suas controladas, não operam com a proteção (*hedge*) de suas operações que estejam atreladas ao dólar, por compreender que se trata de risco administrável, porém periodicamente é realizada análise e acompanhamento do saldo vinculado à recebíveis em dólar, e com base nessa análise se efetuam contratos de trava cambial não vinculados às operações, os quais eliminam os riscos de variação cambial;

Notas Explicativas

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos possui 26 contratos de trava cambial ativos em 31 de março de 2023, totalizando o montante de US\$ 12.650. Tais contratos possuem taxas que variam de R\$ 4,94 a R\$ 5,45, e prazos de liquidação que podem variar entre 3 e 12 meses.

Os recebíveis vinculados ao dólar, estão assim distribuídos:

Contas a receber	Vlr em USD	Taxa Média	Valor em R\$	Efeito Trava	Valor Justo
Recebíveis com trava	12.650	5,2122	65.934	(2.741)	63.193
Recebíveis sem trava	5.874	4,9956	29.344	-	29.344
Total	18.524		95.278	(2.741)	92.537

Análise de sensibilidade

O critério adotado pela Companhia para realizar a análise de sensibilidade, leva em consideração o saldo de contas a receber em aberto, os contratos de trava cambial vigentes e taxa do fechamento de câmbio do dia 31 de março de 2024, a qual indica o montante de R\$ 95.278.

Conforme projeção estimada pelo boletim FOCUS, a variação da taxa do dólar é de 5,00. No quadro a seguir demonstramos o impacto desta variação:

Contas a receber	Vlr em USD	Taxa Média	Valor em R\$
Recebíveis com trava	12.650	5,2122	65.934
Recebíveis sem trava	5.874	5,0000	29.370
Total	18.524		95.304

d) Risco de taxas de juros: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, é mantido acompanhamento permanente do mercado. A Companhia e suas controladas não atuam no mercado de derivativos financeiros, bem como não possuem instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em suas demonstrações.

No quadro a seguir se demonstra a análise de sensibilidade realizada sobre a rubrica de obrigações tributárias, no período de três meses findo em 31 de março de 2024:

	<u>31/03/24</u>	<u>Selic estimada</u> <u>9,00%</u>
INSS a recolher	285.123	310.784
FGTS a recolher	673	734
IRRF a recolher	258	281
IRPJ a recolher	106.794	116.405
CSLL a recolher	40.736	44.402
COFINS a recolher	50.407	54.944
PIS a recolher	10.744	11.711
Impostos Retidos	714	778
ICMS a recolher	1.139	1.242
Outros	4.772	5.201
Total	501.360	546.482

O critério utilizado para realizar o cálculo apresentado no quadro acima levou em consideração a taxa futura estimada da Selic para o ano de 2024, que foi de 9,00%.

Notas Explicativas



24 - Receita

Apresentamos a reconciliação da receita bruta para com a receita líquida consolidada, no período de três meses findo em 31 de março de 2024.

	31/03/24	31/03/23
Receita bruta de produtos e serviços	101.830	104.651
Mercado Interno	71.763	73.751
Mercado Externo	30.067	30.900
(-) Deduções da Receita Bruta	(4.341)	(4.802)
(-) Mercado Interno	(4.333)	(4.800)
(-) Mercado Externo	(8)	(2)
Receita líquida de produtos e serviços	97.489	99.849
Mercado Interno	67.430	68.951
Mercado Externo	30.059	30.898

O critério para reconhecimento da receita com vendas está de acordo com as orientações previstas na NBC TG 47 - Receita de contrato com cliente.

25 - Custos operacionais

A seguir estão apresentados os custos operacionais segregados por natureza, no período de três meses findo em 31 de março de 2024.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/24	31/03/23	31/03/24	31/03/23
Salários	-	-	(19.635)	(18.077)
Matérias primas	-	-	(13.166)	(15.350)
Encargos sociais	-	-	(5.133)	(4.455)
Energia elétrica	-	-	(4.862)	(4.857)
Manutenção Industrial	-	-	(5.165)	(4.156)
Benefícios a empregados	-	-	(4.371)	(3.631)
Depreciações	-	-	(1.343)	(1.464)
Depreciação Direito de Uso	-	-	(425)	-
Férias e 13º salário	-	-	(4.786)	(3.774)
Serviço de terceiros	-	-	(2.911)	(3.113)
Materiais de embalagem	-	-	(5.986)	(7.042)
Combustíveis e lubrificantes	-	-	(991)	(1.200)
Locações/ Aluguéis	-	-	(441)	(635)
Indenizações trabalhistas	-	-	(220)	(16)
Equipamento de proteção	-	-	(743)	(632)
Taxas e encargos legais	-	-	(157)	(156)
Análises laboratoriais	-	-	(640)	(440)
Fretes rodoviários	-	-	(396)	(372)
Outros gastos	-	-	(786)	(528)
Total	-	-	(72.157)	(69.898)

Notas Explicativas**26 - Despesas gerais e administrativas**

A seguir estão apresentadas as despesas gerais e administrativas segregadas por natureza, no período de três meses findo em 31 de março de 2024.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/24	31/03/23	31/03/24	31/03/23
Salários	(253)	(129)	(1.646)	(1.501)
Encargos sociais	(34)	(26)	(340)	(328)
Energia elétrica	-	-	(36)	(34)
Manutenção Predial	-	-	(57)	(56)
Benefícios a empregados	-	-	(466)	(500)
Depreciações	-	-	(60)	(75)
Férias e 13º salário	-	-	(437)	(283)
Serviço de terceiros	(68)	(84)	(1.112)	(550)
Taxas e encargos legais	(1)	(1)	(35)	(41)
Publicidade e propaganda	(32)	(32)	(56)	(74)
Viagens e estadias	-	-	-	(22)
Outros gastos	(22)	(2)	(352)	(277)
Total	(410)	(274)	(4.597)	(3.741)

27 - Despesas com vendas

A seguir estão apresentadas as despesas com vendas segregadas por natureza, no período de três meses findo em 31 de março de 2024.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/24	31/03/23	31/03/24	31/03/23
Frete Marítimo	-	-	(1.522)	(3.510)
Frete Rodoviário	-	-	(1.473)	(1.495)
Custos aduaneiros	-	-	(799)	(816)
Armazenagem	-	-	(35)	(92)
Salários	-	-	(191)	(169)
Férias e 13º salário	-	-	(63)	(35)
Benefício a empregados	-	-	(20)	(15)
Serviço de terceiros	-	-	(21)	(40)
Publicidade e propaganda	-	-	(8)	(38)
Comissões sobre vendas	-	-	(236)	(249)
Provisões para perdas	-	-	(23)	-
Encargos sociais	-	-	(36)	(37)
Telefonia	-	-	(25)	(26)
Análises laboratoriais	-	-	-	(3)
Depreciações	-	-	(2)	(1)
Outros gastos	-	-	(39)	(33)
Total	-	-	(4.493)	(6.559)

28 - Outras despesas operacionais

A seguir estão apresentadas as outras despesas operacionais do período de três meses findo em 31 de março de 2024.

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/24	31/03/23	31/03/24	31/03/23
Despesas de litígios fiscais (a)	-	(2.964)	(26)	(4.331)
Provisões (Reversões) de contingências	-	-	(974)	(393)
Provisão para perda (b)	-	-	(2.272)	(5.216)
Custo na alienação de ativos	-	-	(84)	36
Reversão de créditos tributários	-	-	(84)	(64)
Despesas fábricas inativas	-	-	(279)	(76)
Despesas Gerais	-	-	(31)	(46)
Total	-	(2.964)	(3.750)	(10.090)

a) A Companhia e sua controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, realizaram o registro de débitos tributários que constavam em discussão judicial junto a Receita Federal do Brasil, aderindo ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF), ou “Litígio Zero”, em março de 2023. Tal programa prevê a renegociação de dívidas por meio de transação tributária, e até o encerramento das informações financeiras para o período findo em 31 de março de 2024, o pedido de adesão realizado pela Companhia constava em análise junto a Receita Federal do Brasil.

b) Compõe a rubrica “provisão para perda”, o montante de R\$ 2.476 referente ao reconhecimento de ajuste pela redução ao valor recuperável pertinente a Granja São Rafael, conforme nota explicativa nº 9-b - Propriedades para Investimento, além da reversão de outras provisões no montante de R\$ 204.

29 - Outras receitas operacionais

Abaixo estão apresentadas as outras receitas operacionais para o período de três meses findo em 31 de março de 2024.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/24	31/03/23	31/03/24	31/03/23
Créditos Fiscais (a)	-	-	4.672	259
Acordos Judiciais (b)	-	-	-	3.786
Venda de sucata e lenha	-	-	37	44
Receita de aluguel	-	-	217	207
Recuperação de Despesas	-	9	10	44
Total	-	9	4.936	4.340

a) Compõe o montante desta rubrica, o valor de R\$ 4.567 referente ao trabalho de recuperação de créditos de Pis e Cofins do período de 2018 à 2023.

b) O valor de R\$ 3.786 apresentado na rubrica de “Acordo judiciais” no período de 31 de março de 2023, refere-se ao acordo judicial firmado nos autos dos processos nº 500067-21.2009.8.21.0017, 5000281-09.2010.8.21.0017 e 5000397-44.2012.8.21.0017, explanado de forma detalhada neste formulário na nota explicativa nº 8 - Outros ativos.

30 - Despesas financeiras

Para o período de três meses findo em 31 de março de 2024, as despesas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/24	31/03/23	31/03/24	31/03/23
Juros atualização dívidas tributárias (a)	(13)	8	(4.226)	(6.227)
Juros operações partes relacionadas (b)	(2.732)	(2.039)	(2.732)	(2.169)
Pis/Cofins s/receita financeira	-	-	(9)	(9)
Descontos financeiros concedidos	-	-	(100)	(113)
Juros s/ empréstimos e financiamentos	-	-	(55)	(21)
Variações cambiais passivas	-	-	(157)	(3.741)
Encargos legais	-	-	(2.389)	(925)
Juros de arrendamentos	-	-	(278)	(19)
Despesas/Tarifas Bancárias	-	-	(52)	(78)
Total	(2.745)	(2.031)	(9.998)	(13.302)

(a) Refere-se a atualização dos débitos de natureza tributária, tanto em situação parcelada como de valores em aberto.

(b) Refere-se a atualização da dívida firmada com partes relacionadas, conforme indicado na nota explicativa 19 - Partes Relacionadas, rubrica "Acionistas e outros".

31 - Receitas Financeiras

Para o período de três meses findo em 31 de março de 2024, as receitas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/24	31/03/23	31/03/24	31/03/23
Variações cambiais ativas	-	-	1.019	3.636
Descontos financeiros obtidos	-	-	13	12
Outras receitas financeiras	-	8	154	212
Juros de créditos Fiscais	-	-	111	106
Total	-	8	1.297	3.966

32 - Informações por segmento

A Companhia, através de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, atua em dois segmentos distintos, a saber:

a) Industrializados: Estão apresentados neste segmento, os resultados da industrialização e comercialização de industrializados de carne;

b) Serviços de Frigorífico - Abate e processamento de aves: Neste segmento são apresentados os resultados decorrentes das atividades de serviços de frigorífico e abate resultantes do abate e desossa de aves.

Nos quadros abaixo, são apresentados os resultados consolidados por segmento de atuação para o período findo em 31 de março de 2024:

Notas Explicativas



	Industrializados		Serviços de Frigorífico, Abate e Processamento de		Corporativo (Centro Administrativo)		Total	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Receita bruta	49.737	53.832	52.093	50.819	-	-	101.830	104.651
Impostos e devoluções	(3.743)	(4.206)	(598)	(596)	-	-	(4.341)	(4.802)
Receita líquida	45.994	49.626	51.495	50.223	-	-	97.489	99.849
Custos	(29.948)	(31.717)	(42.209)	(38.181)	-	-	(72.157)	(69.898)
Lucro bruto	16.046	17.909	9.286	12.042	-	-	25.332	29.951
Despesas administrativas	-	-	-	-	(4.597)	(3.741)	(4.597)	(3.741)
Despesas com vendas	(4.493)	(6.559)	-	-	-	-	(4.493)	(6.559)
Outras despesas operacionais	-	-	-	-	(3.750)	(10.090)	(3.750)	(10.090)
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	4.936	4.340	4.936	4.340
Resultado antes dos efeitos financeiros	11.553	11.350	9.286	12.042	(3.411)	(9.491)	17.428	13.901
Despesas financeiras	-	-	-	-	(9.998)	(13.302)	(9.998)	(13.302)
Receitas financeiras	-	-	-	-	1.297	3.966	1.297	3.966
Resultado antes dos tributos	11.553	11.350	9.286	12.042	(12.112)	(18.827)	8.727	4.565
CSLL e IRPJ Diferido	-	-	-	-	158	3.974	158	3.974
CSLL e IRPJ correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	11.553	11.350	9.286	12.042	(11.954)	(14.853)	8.885	8.539
Atribuído a acionistas controladores							8.873	8.528
Atribuído a acionistas não controladores							12	11

33 - Lucro líquido por ação

Com o objetivo de reduzir custos administrativos e operacionais para a Companhia e seus acionistas, melhorar a eficiência dos sistemas de registros, controles e divulgação de informações, e ainda, dar maior visibilidade às cotações das ações da Companhia no mercado, através da adoção da negociação por unidade de ação, foi aprovado em assembleia de acionistas, ocorrida no dia 03 de junho de 2016 o grupamento da totalidade das ações da Companhia, a razão de 100 (cem) ações para 1 (uma) ação, da mesma espécie e classe, nos termos do Art. 12 da Lei 6.404/76.

Em atendimento a deliberação CVM nº 636/10 - resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro líquido por ação consolidado, em milhares de reais, acumulado no período de três meses findo em 31 de março de 2024:

	31/03/24	31/03/23
Quantidade de ações	7.100	7.100
Lucro líquido do exercício (consolidado)	8.885	8.539
Lucro líquido diluído por ação	1,25139	1,20266

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do resultado básico e diluído por ação.

34 - Eventos Subsequentes

34.1 - Assembleia Geral Ordinária - AGO

Conforme fato relevante divulgado no dia 26 de abril de 2024, por decisão liminar proferida pelo Juízo do Juizado Regional Empresarial da Comarca de Pelotas, nos autos do processo nº 5014361-69.2024.8.21.0022, determinou a suspensão da realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia convocada para se realizar no dia 26 de abril de 2024.

Notas Explicativas



A Companhia empregou todos os esforços para demonstrar a regularidade dos atos praticados para realização da Assembleia e os prejuízos aos demais acionistas, por meio dos recursos processuais cabíveis, no entanto, não obteve êxito em reverter a decisão.

Diante destes acontecimentos, a Companhia tomará as medidas judiciais cabíveis para defender a ordem e regularidade das atividades administrativas, cumprindo também com as determinações judiciais.

34.2 - Enchente

Conforme comunicado ao mercado divulgado no dia 02 de maio de 2024, a Companhia informa que as unidades produtivas da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, localizadas nas cidades de Arroio do Meio (Fábrica de Embutidos e Fábrica de Rações) e Lajeado (Abatedouro), no Rio Grande do Sul, foram impactadas pelas enchentes que estão ocorrendo na região do Vale do Taquari desde o dia 30 de abril de 2024.

A produção de Embutidos e o abate de aves foram paralisados ainda no dia 30 de abril, visando organizar as unidades e seus colaboradores para eventuais inundações nas plantas, sendo que a Fábrica de Rações, também localizada em Arroio do Meio, precisou paralisar suas atividades em razão da dificuldade de acesso ao local e energia elétrica.

Será necessário aguardar o desfecho deste grande desastre natural para avaliar as condições de retomada da produção, uma vez que os acessos à região estão limitados. Após a normalização do cenário climático, será possível avaliar a previsão de retomada nas unidades de abatedouro e fábrica de rações, bem como, iniciar os reparos na fábrica de embutidos, que teve todos os seus pavimentos submersos pela enchente.

Da mesma forma que ocorreu no ano de 2023, a Companhia e sua Controlada informam que serão empregados todos os esforços para retomar a produção normal com a maior brevidade, e prestar auxílio aos seus colaboradores e à comunidade em geral.

A Companhia informa ainda, que até a publicação deste relatório, não foi possível apurar os impactos financeiros ocasionados por esta tragédia, e que serão divulgados nas informações financeiras relativas ao 2º trimestre de 2024.

34.3 - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB

Em 26 de abril de 2024 o ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu, por decisão cautelar, a eficácia dos artigos que prorrogavam a desoneração da folha de pagamento conforme a Lei 14.784/2023.

Tal medida traz a suspensão da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB, e indica que todas as empresas antes contempladas devem passar a recolher as contribuições previdenciárias sobre a folha de pagamento nos termos do art. 22 da Lei nº 8.212 de 1991.

A Companhia informa que está acompanhando a publicação desta decisão, e até a publicação das informações financeiras trimestrais, não foi possível avaliar tais impactos.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas e Administradores da
Minupar Participações S/A.
Lajeado – RS

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Minupar Participações S/A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas. A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para a Nota Explicativa no 1.3 que indica que em 31 de março de 2024 a Companhia acumulou prejuízos no montante de R\$ 478.179 mil (R\$ 487.051 mil em 31 de dezembro 2023), o patrimônio líquido negativo foi de R\$ 315.013 mil (negativo R\$ 323.886 mil em 31 de dezembro 2023). O passivo circulante, individual e consolidado, da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 1.184 mil e 370.503 mil (em 31 de dezembro de 2023, o individual e consolidado, excedeu em R\$ 1.159 mil e R\$ 382.943, respectivamente). Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota Explicativa no 1.3, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 15 de maio de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

Romeu Sabino da Silva
Contador CRC 1RS-071.263/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins do disposto no Inciso VI do artigo 25 Instrução CVM nº 480/09 e suas respectivas alterações, os diretores da Minupar Participações S.A. abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período findo em 31 de Março de 2024.

Lajeado, 15 de maio de 2024.

Minupar Participações S.A.

Tiago Silveira do Pinho
Diretor Presidente

Tiago Fonseca de Siqueira
Diretor Financeiro

Fernando Ataíde Silva Jorge
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Para fins do disposto no Inciso V do artigo 25 Instrução CVM nº 480/09 e suas respectivas alterações, os diretores da Minupar Participações S.A. abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes emitido pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, relativos às informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período findo em 31 de Março de 2024.

Lajeado, 15 de maio de 2024.

Minupar Participações S.A.

Tiago Silveira do Pinho
Diretor Presidente

Tiago Fonseca de Siqueira
Diretor Financeiro

Fernando Ataíde Silva Jorge
Diretor de Relações com Investidores